

ILUSTRÍSSIMO SENHOR ADOLFO CUROTTO  
MARTINS - PREGOEIRO DA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E  
SANEAMENTO - CASAN - ESTADO DE SANTA CATARINA (SC).

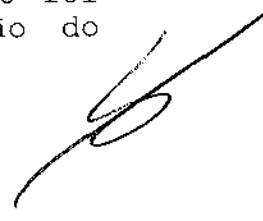
TRANS MAESTRI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.367.994/0001-53, estabelecida a Rua Marcílio Dias, 2085, centro, na cidade de São Miguel do Oeste (SC), neste ato representada por seu sócio procurador, Sr. Valdir Maestri, residente e domiciliado na cidade de São Miguel do Oeste (SC), vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, cingindo-se nas seguintes considerações e razões:

#### INFORMES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, objetivando a contratação de empresas para execução de serviços de limpeza do lago de regularização e reservação para a captação de água bruta do sistema de abastecimento de Dionísio Cerqueira (SC), lançou Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 124/2015.

De acordo com a Ata do Pregão Presencial, a empresa TRANS MAESTRI LTDA (ora Recorrente), restou inabilitada pela Comissão de Licitação, a qual alegou ter apresentado documentação em desconformidade com o ato convocatório, a saber, inexistência de Engenheiro Civil ou Sanitarista em seu quadro.

No certame a empresa ora Recorrente apresentou a MENOR PROPOSTA, bem como apresentou possuir em seu quadro permanente Engenheiro Agrônomo, contudo, não foi aceito pelo Pregoeiro, o que motivou a apresentação do presente RECURSO ADMINISTRATIVO.



## DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Inicialmente, quando da abertura do Pregão Presencial n. 124/2015, transposta a primeira fase (propostas), a empresa ora Recorrente apresentou o menor valor (R\$ 49.500,00 - quarenta e nove mil e quinhentos reais), para a prestação dos serviços objeto do edital.

Ato contínuo, quando da abertura do envelope contendo a documentação, houve a inabilitação da empresa que apresentara o menor preço (Trans Maestri Ltda), uma vez que, segundo o Pregoeiro (sem qualquer manifestação dos outros Licitantes - que a esta altura já estavam certos da vitória do ora Recorrente), no item 8.7 (do Edital), estava consignado a necessidade da concorrente ter em seu quadro permanente Engenheiro Civil ou Sanitarista, não podendo ser Engenheiro Agrônomo.

Impende registrar que a impugnação decorreu apenas da manifestação do Pregoeiro, sem qualquer intervenção/insurgência dos demais participantes.

Sem embargo da admiração e do respeito devidos ao zeloso Pregoeiro e sua equipe, o entendimento foi equivocado, uma vez que a legislação do CONFEA (Resolução 218/73) estende as atividades do Engenheiro Civil ou Sanitarista ao Engenheiro Agrônomo. Vejamos:

"Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designas as seguintes atividades:

**"Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;**

Atividade 02 - **Estudo, planejamento, projeto e especificação;**

(...)

Atividade 04 - **Assistência, assessoria e consultoria;**

Atividade 05 - **DIREÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO;**

Atividade 06 - **Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;**

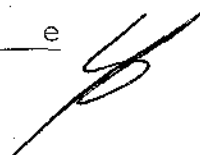
(...)

Atividade 10 - **Padronização, mensuração e controle de qualidade;**

Atividade 11 - **EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇO TÉCNICO;**

Atividade 12 - **Fiscalização de obra e serviço técnico;**

Atividade 13 - **Produção técnica e especializada;**



(...)

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico." (destaquei)

Para demonstrar a isonomia entre referidos profissionais (Engenheiro Civil e Agrônomo), basta transcrever os artigos 5º (quinto) e 7º (sétimo) da supracitada Resolução (218/73):

"Art. 5º - Compete ao ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

I - O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES 01 A 18 DO ART. 1º DESTA RESOLUÇÃO (...) seus serviços afins e correlatos." (destaquei)

"Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:


I - O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES 01 A 18 DO ART. 1º DESTA RESOLUÇÃO (...) seus serviços afins e correlatos." (destaquei)

A Administração Pública sempre que lança editais para a realização/execução de obras (prestação de serviços) busca com isso uma maior economia, privilegiando o menor preço, sempre no escopo de melhor utilizar o dinheiro público.

É por isso que o ente público, modernamente, vem diminuindo os entraves burocráticos, solicitando somente documentos imprescindíveis ao certame. Ou seja, está se abandonando o rigorismo formal, em prol do chamado "menor preço". Quanto mais participantes no certame, maior a possibilidade da Administração encontrar um preço excelente, o menor possível.

Neste contexto, a orientação, tanto doutrinária como jurisprudencial, vem defendendo o princípio da razoabilidade, em detrimento do excesso de formalismo ou rigor.

Nesta senda, fere o princípio da razoabilidade, violando direito líquido e certo do licitante (ora Recorrente), o ato que exclui um concorrente do procedimento licitatório por conta de interpretações equivocadas e principalmente que contrariam normativas emanadas dos seus órgãos de Classe, no caso, CONFEA/CREA.



Acerca da impossibilidade de exigências desproporcionais ao conteúdo da contratação, articula Marçal Justen Filho:

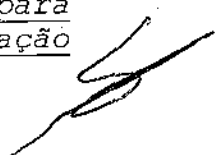
"A imposição de exigências e a definição das condições do direito de licitar nunca poderão ultrapassar o limite da necessidade. **Qualquer exigência desproporcional ao conteúdo da contratação caracterizará meio indireto de restrição à participação - vale dizer, indevida restrição ao direito de licitar**" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2000. 4 ed., p. 181). (grifo inexistente no original)

O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples erros de interpretação ou distorções irrelevantes. Sobrepôr o respeito ao formalismo ao fim maior dos procedimentos licitatórios, que é a ampla concorrência pública para a efetivação do contrato que melhor atenda às necessidades coletivas, FRUSTRARIA O REAL OBJETIVO COLIMADO PELA LEI DE LICITAÇÕES.

É cediço que o formalismo constitui princípio inerente a todo procedimento licitatório, no entanto, a rigidez do procedimento não pode ser excessiva a ponto de prejudicar o interesse público. ADEMAIS, EM MATÉRIA DE LICITAÇÃO, COMO O OBJETIVO É O DE ATRAIR O MAIOR NÚMERO DE INTERESSADOS, DEVE-SE ADOTAR INTERPRETAÇÃO QUE FAVOREÇA A CONSECUÇÃO DESSE OBJETIVO, TIRANDO-SE QUALQUER MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO QUE DIZ RESPEITO À REJEITAR POSSÍVEIS LICITANTES.

A propósito, cumpre lembrar que "eventualmente, poderá ser invocado o princípio da razoabilidade para relevar pequenas interpretações errôneas, que em nada impedem a Comissão de Licitação de avaliar o preenchimento dos requisitos para habilitação ou classificação. POR VEZES O DESATENDIMENTO DE DETERMINADA EXIGÊNCIA SUPRE-SE POR OUTROS DADOS (...), CONFORME O CASO." (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Temas polêmicos sobre Licitações e Contratos, 3 ed., São Paulo : Malheiros, 1998, p. 39)

Colhe-se de acórdão, da lavra do eminente Min. José Delgado, em decisão proferido no Mandado de Segurança nº 5779/DF, que o ordenamento jurídico regulador da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração de habilitação jurídica, da qualificação



técnica, da capacidade econômico-financeira e da regularidade fiscal. (destacado)

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina respalda a tese perfilhada:

**"LICITAÇÃO. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO PREVISTOS NO ART. 27 DA LEI N. 8.666/93. INADMISSÍVEL CONSIDERAR INABILITADA EMPRESA QUE OS PREENCHE E CUJA PROPOSTA CONTÉM MERA IRREGULARIDADE SANÁVEL A QUALQUER TEMPO.** Preenchidos todos os requisitos necessários para apurar a idoneidade e a capacitação de um concorrente, não há que considerar-se inabilitado aquele que não cumprir determinação de ordem meramente formal e a qual não acarreta qualquer prejuízo à Administração ou aos demais concorrentes." (ACMS n. 98.014948-7, da Capital, rel. Des. Silveira Lenzi. 09/08/99) (grifei)

Não é assim razoável que se desclassifique um concorrente por interpretação equivocada.


Nessa mesma linha, adverte o saudoso Hely Lopes Meirelles:

**"Nenhuma outra documentação deverá ser exigida, pois o legislador empregou deliberadamente o advérbio exclusivamente, para impedir que a Administração, por excesso de cautela ou vício burocrático, condicione a habilitação dos licitantes à apresentação de documentos inúteis e dispendiosos, que muitas vezes afastam concorrentes idôneos pela dificuldade de obtê-los"** (Licitação e Contrato Administrativo, 11ª edição, Editora Malheiros, São Paulo, 1997, p. 75). (destacado)

Então, quando se fala em observância de regras procedimentais, não significa que a Administração deva apegar-se, demasiadamente, a um formalismo desnecessário, que só serviria de entrave a uma concorrência mais ampla, que principalmente a ela beneficia, já que o Órgão Público é quem deverá obter a proposta mais vantajosa, o que será facilitado se muitas forem as opções.

Neste sentido, também posiciona-se Marçal Justen Filho, como verifica-se:

**"Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o 'princípio da isonomia' importaria tratamento de extremo rigor. A ISONOMIA NÃO OBRIGA ADOÇÃO DE FORMALISMO IRRACIONAL. Atende-se ao princípio da**



isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª edição, Ed. Dialética, São Paulo, 1998, p. 56/57).

Tal entendimento encontra respaldo, também, em decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (RS):

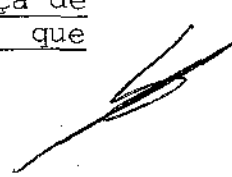
"Administrativo. Licitação. Inabilitação de concorrente. Ilegalidade. Rigorismos e formalismos inúteis na análise da documentação apresentada. Segurança concedida. Reexame necessário. Visa a concorrência fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. **EM RAZÃO DESSE ESCOPO, EXIGÊNCIAS DEMASIADAS E RIGORISMOS INCONSENTÂNEOS COM A BOA EXEGESE DA LEI DEVEM SER ARREDADOS**" (TJRS - RDP 14/240)." (ACMS n. 5.779, Des. Pedro Manoel Abreu, julgada em 28.11.96).

O estatuído pela Lei das licitações proíbe interpretações desarrazoadas, estabelecendo que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei. Portanto, estão excluídas tanto as cláusulas expressamente reprovadas pela Lei n.º 8.666/93.

De acordo com a Resolução 218/73 do CONFEA, a interpretação relacionada a exigência (Engenheiro Civil ou Sanitarista), constitui-se num disparate, uma vez que o Engenheiro Agrônomo pode desenvolver as mesmas ATIVIDADES do Engenheiro Civil.

A adoção de condições de participação desvinculadas do objeto contratual pode desembocar na invalidade. São inválidas, primeiramente, as condições não necessárias, como é o presente caso. Isso se passa naqueles casos, como o presente, de exigências que ultrapassam os requisitos mínimos exigíveis do interessado em formular uma proposta. Caracteriza-se o excesso, provocando a exclusão de pessoas que poderiam executar satisfatoriamente o objeto licitado. **O defeito reside, então, no exagero interpretativo.** Assim se dá, como no presente caso, quando se exigiu a licença ambiental.

Infere-se, da conjugação da norma constitucional com a lei federal específica, que o legislador teve por escopo - na elaboração da regra pertinente - preceituar um mínimo de objetividade na exigência de documentos dos proponentes licitantes, coibindo a cobrança de documentos habilitatórios desnecessários ou inúteis, que



possam vir a ferir os princípios da igualdade e da competitividade da licitação.

A Carta Constitucional de 1988, com o intuito de garantir a igualdade no procedimento licitatório e coibir favoritismos interpretativos ou formalismos excessivos, expressou:

"Art. 37.

"(...)

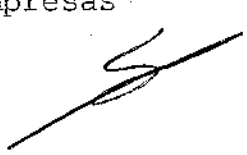
"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica INDISPENSÁVEIS à garantia do cumprimento das obrigações" (grifei).

José Cretella Júnior informa:

"É vedada, por parte da Administração licitadora, a exigência de qualquer outra comprovação que não esteja expressamente prevista nesta lei, e que, por esse motivo, pudesse, eventualmente, inibir qualquer licitante, levando-o a não participar do certame, como, por exemplo, a exigência de comprovação de tempo mínimo de atividade do licitante, em locais específicos" (in Das Licitações Públicas, 1ª ed., Forense, 1993, pág. 203). (grifei)

Ora, se se considerar apenas a equivocada análise (interpretação) do Pregoeiro, desconsiderando-se a Resolução 218/73 do CONFEA, valeria o magistério de Toshio Mukai:

"A exigência de atestados, portanto, não pode conter *numerus clausus*, pois, se assim for exigido, a Administração ensejará a redução do universo de licitantes, comprometendo, com isso, o caráter competitivo do certame (art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93)" (in Licitações: as prerrogativas da administração e os direitos das empresas concorrentes, 1ª ed., Forense, 1994, pág. 36).



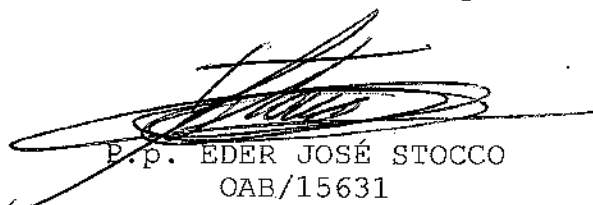
## REQUERIMENTO

Ex positis, de acordo com o exposto, requer primeiramente, seja concedido efeito suspensivo para a contratação da empresa INDEVIDAMENTE, declarada vencedora do Pregão Presencial n. 124/2015;

Requer o acatamento do presente recurso ora formulado, com o fito de HABILITAR e DECLARAR VENCEDORA a empresa ora Requerente/Recorrente (TRANS MAESTRI LTDA), para que a mesma possa, contratar com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, e posteriormente, executar os serviços objeto do Pregão Presencial 124/2015.

Termos em que,  
Espera deferimento.

São Miguel do Oeste (SC), 26 de janeiro de 2016.



P.p. EDER JOSÉ STOCCO  
OAB/15631